

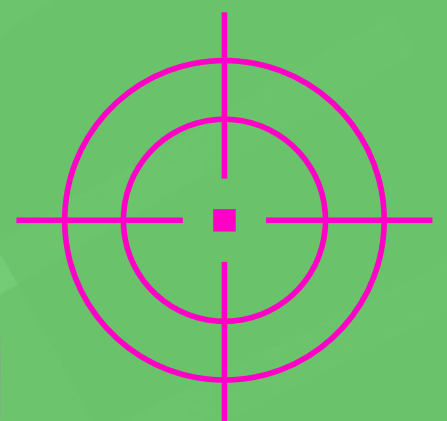


equipe

Coordenação: Rodrigo José Firmino (PPGTU/PUCPR)
 Planejamento e execução: Julia Faustina Abad (PPGTU/PUCPR)
 e Henrique Kramer da Cruz e Silva (PPGTU/PUCPR)
 Comunicação e arte: Manoela Jazar (PPGTU/PUCPR)
 Articulação parlamentar: Carol Dartora (Deputada Federal PT/PR, PPGTE/UTFPR)
 Assessoria parlamentar e execução: Alice Dandara de Assis Correia (PPU/UFPR)
 Comunicação e execução: Géssica Medeiros (assessora parlamentar Mandato Carol Dartora)

objetivo e público-alvo

O projeto tem como foco a mobilização de parlamentares para a discussão com movimentos sociais e setores da sociedade civil, para a construção e proposição de legislação para o banimento do uso do reconhecimento facial por agentes do Estado em espaços públicos. O projeto de extensão se constitui como uma das estratégias possíveis de resistência contra o uso desta tecnologia no âmbito de um sistema de segurança urbana opressor, na busca pela preservação de um espaço público livre e democrático e pela criação de novas narrativas acerca da vigilância em massa na administração pública e no planejamento urbano. Com isso, provoca-se um questionamento sobre nuances de manifestação do direito à cidade, principalmente por parte de parcelas estigmatizadas e minorizadas da população, como os moradores de áreas periféricas, as pessoas negras, mulheres e pessoas trans.



tempo de execução
2 anos

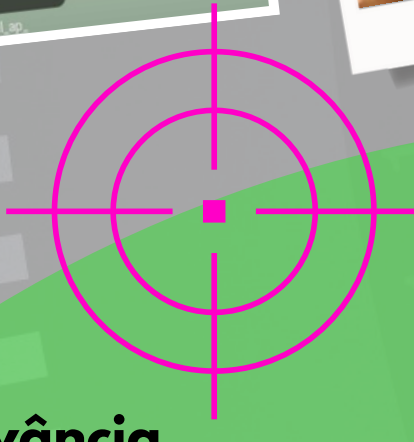
financiamento

Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade - Lavits (www.lavits.org). Recursos: bolsas de extensão universitária, e apoio para realização de eventos.



PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

BANIMENTO DE TECNOLOGIAS DE RECONHECIMENTO FACIAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS EM CURITIBA

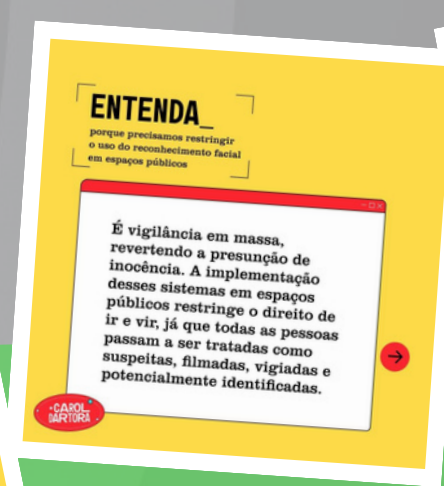
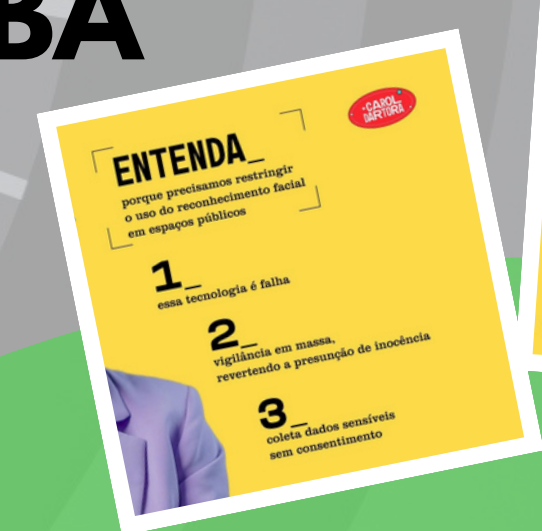
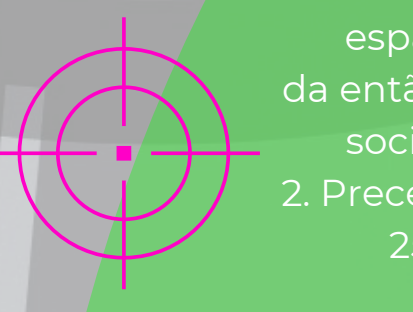


relevância

O uso do videomonitoramento com a tecnologia de reconhecimento facial viabiliza a localização, identificação e determinação de indivíduos, de forma constante e indiscriminada, e, conseqüentemente, torna os espaços públicos ambientes hostis, violando direitos fundamentais como a liberdade, privacidade e a proteção de dados. Em Curitiba, o uso da tecnologia foi previsto a partir do projeto denominado "Muralha Digital", e da Lei Municipal que cria a "Política Municipal de Videomonitoramento de Curitiba". O projeto tem como objetivo principal uma "Curitiba mais inteligente", a partir de um alto investimento para a implementação de câmeras de videomonitoramento para reconhecimento facial e identificação de placas de veículos nos espaços públicos de grande circulação. Trazendo a promessa de proteção dos espaços públicos e conceitos ainda vagos como "mapa do crime" e "incidentes criminais", o projeto tem caminhado a passos largos com pouca informação disponível para a sociedade e nenhuma análise crítica quanto às repercussões discriminatórias e opressoras pela imprecisão e mal uso dessas ferramentas.

vínculo acadêmico

A vinculação do PPGTU/PUCPR à Rede Lavits, por posicionamentos tecnopolíticos compartilhados, produziu a oportunidade da construção de um projeto de extensão universitária que vinculasse seus interesses temáticos à participação de estudantes e à possibilidade de construir ações aplicadas à realidade local, com desdobramentos de pesquisas desenvolvidas na universidade. O desenvolvimento do presente projeto, bem como seus produtos primários e secundários, vinculam-se diretamente à atuação acadêmica e científica do PPGTU, em especial no caso da série de eventos e atividades chamada de "assimetrias e invisibilidades urbanas", tendo como consequência, no caso deste projeto, a formação de recursos humanos associada à produção de conhecimento aplicado como forma de conscientização da sociedade e ações de *advocacy* na construção de legislação e política pública urbana.



programa e atividades

Primeira fase: acadêmica e conceitual, revisão de literatura e de principais casos e campanhas de resistência no Brasil e no exterior. Segunda fase: sensibilização de parlamentar ligada à defesa dos direitos humanos e convite para compor a equipe do projeto. Terceira fase: reuniões e debates para conscientização de outros parlamentares, movimentos sociais e setores da sociedade civil. Quarta fase: construção do texto da proposta e apresentação junto à Câmara Municipal de Curitiba. Quinta fase: monitoramento da tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal de Curitiba, até sua aprovação ou rejeição pelo plenário da casa.

produtos

1. O principal produto oriundo do projeto é a proposição legislativa que tramita na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) desde 01/07/2022 e que dispõe sobre a restrição do uso, pelo Poder Público, da tecnologia de reconhecimento facial em espaços públicos no âmbito da cidade de Curitiba. Este processo foi precedido de reuniões de articulação com o mandato da então Vereadora Carol Dartora e, subsequentemente, de reuniões com outros atores da sociedade civil como movimentos sociais e, também, grupos de pesquisa, Defensoria Pública do Estado do Paraná e Ministério Público do Estado do Paraná.
2. Precedeu a proposição do projeto de lei um evento intitulado "Espaços Públicos e reconhecimento facial em Curitiba", em 25/08/2022, com a presença do pesquisador Tarcízio Silva (UFABC), que expôs os riscos do emprego desta tecnologia no monitoramento de espaços públicos no contexto de estruturas judiciais e policiais punitivistas, vigilantes e racistas.
3. Foram estabelecidos diálogos com o mandato do deputado estadual Goura (PDT/PR) e com a professora Carolina Israel, do núcleo local do Observatório das Metrôpoles. Este contato indicou a possibilidade de encaminhar o debate para o âmbito estadual e para questões como o uso desta tecnologia na rede estadual de ensino.
4. Foram realizadas diversas atividades da equipe do projeto em conjunto com a Campanha Nacional #tiremeurostodasumira, entre 28 de outubro e 02 de novembro de 2022. Estas atividades consistiram em reuniões com parlamentares (municipais e estaduais) interessados no tema e membros da Comissão de Constituição e Justiça da CMC. As atividades incluíram a participação na Audiência Pública sobre População em Situação de Rua, realizada no Tribunal de Justiça do Paraná, além de reunião com a Defensoria Pública do Estado do Paraná e da realização de um debate aberto em torno de uma agenda local para direitos digitais com a participação do professor Rodrigo Firmino e outras organizações da sociedade civil.

